

ENTREVISTA

Andrei Rodrigues / DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL

Delegado diz que 'houve vícios e fins distintos do interesse público' ao longo da investigação, fala em mudanças de métodos e crítica politização: 'Quem quiser fazer política, fará fora da instituição'

IOANOSDA LAVA-JATO

PAOLA SERRA
para o GLOBO com.br
e fotos

Nome de confiança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, diz que o maior legado dos dez anos da Operação Lava-Jato é o aprendizado detido à instituição pelos erros cometidos. Em entrevista ao GLOBO, ele avalia que os processos têm sido anulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pela relação "inaceitável" entre a própria PF, o Ministério Público e a Justiça. O delegado afirma ainda que um dos aprendizados é como a PF passou a utilizar as delações premiadas como ferramenta de investigação. Segundo ele, antes, os depoimentos dos delatores eram tratados como provas por si só, enquanto agora são caminhos que precisam ser checados e recheados pelos agentes.

Qual o seu balanço dos dez anos da Lava-Jato?

Ela nos trouxe aprendizagens importantes, inclusive erros que foram cometidos e que agora evitamos, trabalhando para que não se repitam para ter aquilo que a sociedade espera da instituição: que trabalhe dentro das regras legais, dentro das normas constitucionais, com autonomia, mas com foco na qualidade da prova e com responsabilidade.

Quais foram os acertos da operação?

O grande legado da Lava-Jato é não repetir os seus erros, não fazer o que eles fizeram porque, independentemente das pessoas que foram objeto das investigações, os processos foram anulados. Ou seja, não faz sentido a gente ter um esforço, um custo, um investimento para que ao final só se tenha resultado político, sem nenhum resultado positivo para o sistema de Justiça Criminal ou para a sociedade brasileira.

E quais foram os erros cometidos pela operação?

O que se viu ali e não podemos repetir foram erros de toda sorte. Ao final, a Supre-



Para o delegado Andrei Rodrigues, as delações premiadas são hoje "um caminho para obtenção de provas".

HOUE RELACÃO INACEITÁVEL ENTRE PF, MP E JUSTIÇA E STF ANULOU INVESTIGAÇÃO

ma Corte anulou a investigação por todos os vícios que houve, e a Polícia Federal participou disso. Concluiu talvez seja uma palavra muito forte, mas participei de maneira conjunta com o Ministério Público e a Justiça. O que se viu em gravações em áudio que vieram a público foi uma relação absolutamente inaceitável, que fere o interesse público e as regras do jogo da investigação. Hoje, buscamos exatamente o contrário: trabalhar com muita responsabilidade, com foco na legislação e nas normas que regem as investigações.

A Lava-Jato também errou nas investigações que revelaram o sítio de Alibala e o triplex do Guarujá envolvendo o presidente Lula?

Isso não sou eu que estou dizendo. É a Suprema Corte brasileira dizendo que houve um erro, um juiz incompetente, ausência de provas, enfim, uma sequência de ilegalidades que levaram à prisão do presidente Lula, à época ex-presidente. E que inclusive o tiraram da disputa eleitoral. Tenho participado de muitos fóruns internacionais e, quando contamos a história de que o candidato líder das pesquisas

foi preso e a pessoa que o prendeu virou ministro da Justiça do presidente eleito, as pessoas se chocam e ficam incrédulas. Elas dizem: 'Olha, não é possível, isso não aconteceu'. Respondemos: 'É verdade, aconteceu sim e o procurador que atua no caso também virou político'. Isso por si só demonstra que houve vícios e fins distintos do interesse público nessa persecução penal.

Adelção premiada virou alvo de críticas da Lava-Jato. Como esse instrumento evoluiu nos últimos dez anos?

Atualmente, nós recebemos as

delações como um caminho para obtenção de provas e então passamos item por item dessas colaborações nas nossas equipes de investigação para corroborar aquilo que está sendo dito a preencher lacunas, a reinarquir o colaborador para que ele ratifique, retifique ou complemente as informações. O que percebi é que, naquele momento da Lava-Jato, bastava o delator falar e aquilo ali já era prova cabal do crime. Nós não trabalhamos assim na nossa gestão.

Há lacunas na delação premiada feita pela PF com o ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro?

Nenhuma colaboração nasce pronta. Trata-se de um processo cíclico, dinâmico e exige que o investigador analise o conteúdo, busque por si só as provas ou junto ao colaborador. À medida que se corroboram os fatos, novas diligências acontecem, outras pessoas e até o próprio colaborador pode ser ouvido. Isso é normal no processo. Percebi críticas em relação à capacidade da PF em firmar acordos, o que é um espanto alguém comentar isso porque está na lei e tem a decisão do Supremo Corte nesse mesmo sentido, dizendo que a lei é constitucional e, portanto, nós policiais podemos firmar acordos.

Exemplo de aliados de Lula na Lava-Jato, apoiadores de Bolsonaro apontam perseguição política nas investigações do S/7. Há risco de os casos terem o mesmo fim?

Mudamos muito. Inclusive, outro legado importante da Lava-Jato sobre o que não fazer é a exposição pessoal de muitos investigadores, as entrevistas coletivas com PowerPoint. Isso na nossa gestão não existe mais. Trabalhamos com um trinômio: autonomia da equipe da investigação, mas sobretudo com qualidade da prova e responsabilidade, tirando totalmente qualquer questão político-partidária dos nossos inquéritos. Atuamos de maneira técnica sob o controle do Ministério Público, avaliação do Poder Judiciário e dos próprios advogados que atuam nos casos. Inclusive, já propusemos a vedação de policiais serem candidatos políticos e até se filiarem a partidos políticos. Quem quiser fazer política fará fora da instituição. Aqui dentro, nós vamos cobrir na medida máxima qualquer atuação política e direcionamento político de investigação.



"A Suprema Corte anulou a investigação por todos os vícios que houve, e a Polícia Federal participou disso"

"Quem quiser fazer política fará fora da instituição. Aqui dentro, nós vamos cobrir na medida máxima"

Prêmio Innovare lança 21ª edição com foco ambiental

Iniciativa, que reconhece práticas inovadoras na Justiça, completa 20 anos e vai contar com categoria para sustentabilidade

DANIEL GULLINO
para o GLOBO com.br
e fotos

O Instituto Innovare lançou ontem a 21ª edição do prêmio que tem como objetivo reconhecer práticas inovadoras para aperfeiçoar e modernizar a Justiça brasileira. Neste ano, quando a premiação completa 20 anos, a categoria de destaque será meio ambiente e sustentabilidade. As inscrições estão abertas até o dia 26 de abril e podem ser feitas por integrantes do

Judiciário, Ministério Público, Defensoria e da advocacia. Além do destaque para meio ambiente, são sete categorias: tribunal, juiz, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia, Justiça e Cidadania. Para a categoria CNJ, a inscrição deve ser feita no portal de boas práticas do conselho. As demais são feitas no site do Prêmio Innovare.

Participam da comissão julgadora do prêmio, que conta com o apoio do Grupo

Globo, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), desembargadores, juizes, advogados e outros profissionais.

REINVENÇÃO

O lançamento da 21ª edição da premiação ocorreu em cerimônia no STJ. A presidente da Corte, ministra Maria Theresza de Assis Moura, afirmou que a premiação é uma forma do Judiciário "se



Cerimônia. Lançamento do Prêmio Innovare no STJ. inscrições até 26 de abril

reinventar a cada dia".

— Este prêmio demonstra que a sociedade civil e o poder público podem atuar em conjunto para melhorar a sociedade brasileira — disse.

Também participaram do evento o presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare, Carlos Ayres Britto, ex-ministro do STF; o ministro Flávio Dino, do STF; e o advogado-geral da União, Jorge Messias. Ayres Britto elogiou a escolha do tema deste ano:

— O maior de todos os princípios constitucionais é a democracia. Dentre os seus eminentes conteúdos, está o meio ambiente ecologicamente equilibrado e o desenvolvimento econômico sustentável.